

À DESCOBERTA DAS ORIGENS DE BIBLIOTECAS PORTUGUESAS ACESSÍVEIS A DEFICIENTES VISUAIS

por

Isidro E. Rodrigues

Preparando o terreno para entrar no tema que neste artigo nos propomos tratar, ou seja, «O panorama das bibliotecas portuguesas acessíveis a pessoas com deficiência visual», entendemos ser de interesse, pintar, ainda que em leves pinceladas, um quadro que possa suscitar o ambiente em que foram sendo lançadas as sementes que, frutificando, deram origem ao que neste âmbito hoje se vai construindo entre nós. Assim, tendo por guia este leme e este lema, digamos que foi no decurso da década de sessenta que em Portugal a problemática decorrente da deficiência visual mais acentuadamente se tornou alvo da atenção positiva da sociedade civil e das instâncias governamentais.

Desde os anos vinte, ou seja, desde a morte de José Cândido Branco Rodrigues, em 18 de Outubro de 1926, e da fundação da Associação de Beneficência Luís Braille (ABIB), em 25 de Junho de 1927, o segmento populacional constituído por cidadãos com deficiência visual permaneceu quase por completo abandonado à sua sorte. Nas instituições educativas existentes até 1958, os programas escolares e métodos pedagógicos prosseguidos na sua execução não sofreram alterações significativas, mantendo-se tal como os pioneiros os haviam concebido.

Dobrada a primeira metade do século XX, na vertente tifoassociativa operaram-se relevantes alterações com a fundação da Liga de Cegos João de Deus (LCJD), em 23 de Julho de 1951, e da Associação dos Cegos do Norte de Portugal (ACNP), em 1958, passando em Lisboa a existir duas associações tífófilas com pretensões a dar cobertura a todo o território nacional, e despontando no Porto a primeira associação com o propósito de congregar os deficientes visuais do norte do país.

Acresce clarificar que com o surgimento da LCJD as orientações associativas passaram a incidir mais persistentemente sobre cenários educativos, ainda que não menosprezando a vertente assistencial que a ABLB vinha, desde a sua fundação, prosseguindo. Esta sempre estivera, e continuou a estar, sob a tutela do Ministério da Assistência, enquanto que aquela se colocou sob tutela do Ministério da Educação, sendo esta postura, logo à nascença, um claro sinal de que os seus fundadores queriam imprimir no tifoassociativismo nascente um carácter educativo direccionado para um patamar cultural assente, não só na formação musical, como também na aquisição de saberes no domínio das letras e das ciências. Assim, não desvirtuando a sua carga genética, a LCJD, nos finais da década de cinquenta, criou no seu seio condições para que associados seus pudessem estudar as matérias correspondentes ao 2º e 3º ciclo dos liceus e, no ano lectivo de 63-64, deu início a aulas do 3º ciclo liceal, que foram frequentadas por alunos saídos de escolas de ensino especial já com o 2º ciclo feito, iniciando em Outubro de 1964 os dois primeiros ciclos do então denominado Ensino Liceal.

E se no associativismo ocorriam transformações dignas de apreço, nos outros tabuleiros em que se jogava a tiflogia portuguesa, geravam-se condições nunca antes sonhadas, que, a partir de 1958, proporcionaram aos deficientes visuais os ingredientes necessários à sua desejável inserção social, ou seja, que lhes abriram as portas de acesso a uma educação de nível médio e mesmo superior, a um elevado patamar de desenvolvimento intelectual, a uma formação profissional que lhes garantiu emprego dignamente remunerado e, conseqüentemente, estável.

Em 1958, ao dar-se início do Curso Liceal no Instituto de Cegos Branco Rodrigues (ICBR), abre-se uma nova era no domínio da tiflogia. Doravante, nas escolas de ensino especial, os alunos passam a ter acesso, não só à escolarização que há muito lhes vinha sendo possibilitada, como também ao ensino secundário, nível Curso Geral dos Liceus.

Quanto à vertente da formação profissional, podemos afirmar que aí se operou uma verdadeira revolução, já que, do quase nada que até então existia, se transitou para uma fase extraordinariamente inovadora. Em 1959, a Fundação Raquel e Martin Sain iniciava a sua actividade na área da reabilitação de pessoas com deficiência visual, proporcionando a estas formação, com vista à sua integração na vida activa do mundo do trabalho. Sucede que, também o Estado, não se querendo demitir desta responsabilidade renovadora, abre em Lisboa, no início da década de sessenta, o Centro de Reabilitação Nossa Senhora dos Anjos e, no final desta, estende a sua acção ao norte do país.

Releve-se que esta década foi a época de ouro, em termos de oportunidade de emprego para os deficientes visuais, porque, por um lado, dos centros de reabilitação emergia um segmento populacional com formação escolar e profissional até então inexistente e, por outro, a oferta de emprego era elevada, devido à falta de mão-de-obra resultante da ida da nossa juventude para a guerra no então denominado Ultramar, e da forte emigração dos que iam em busca de outra sorte.

Concentrando agora a atenção no tema que neste artigo pretendemos relevar, digamos que, além do acesso dos cidadãos com deficiência visual às universidades, a evolução das bibliotecas então disponibilizadoras de documentação em Braille e em suporte sonoro, foram de importância capital, não só porque passaram a facilitar aos seus utilizadores o usufruto dos seus fundos bibliográficos, constituídos por espécies produzidas no Centro Prof. Albuquerque e Castro e noutras pequenas unidades particulares, tal como livros provenientes do Brasil, da Espanha, França, Inglaterra, Estados Unidos, como também colaboraram na divulgação de informação respeitante a acervos documentais ingleses, franceses, alemães, espanhóis, e ainda assumiram a função de porta de acesso aos mesmos acervos.

Dito isto, fica-se com a ideia de que os deficientes visuais portugueses dispõem já de bibliotecas que respondem às suas necessidades culturais. Assim não é, e pode mesmo afirmar-se que, na verdade, só em 1969, com a abertura do Serviço para Cegos da Biblioteca Nacional de Lisboa, passa a existir entre nós uma entidade com fundos bibliográficos constituídos por colecções em suportes acessíveis a utilizadores com deficiência visual, devidamente organizadas e tratadas em termos biblioteconómicos.

Para que possamos perceber como neste domínio chegámos aos serviços biblioteconómicos de que hoje dispomos, partamos dos finais do século XIX e vejamos em traços largos, como evoluímos até aos nossos dias.

Na segunda metade do século XIX o Sistema Braille teve uma fulgurante expansão por todo o mundo civilizado. Em Portugal, um dos pioneiros nesta expansão foi o poeta João de Deus, que, além de em 1884 ter mandado vir de França o primeiro livro em Braille, integrou um elenco de personalidades, como Branco Rodrigues, Madame Sigaud Souto, a Duquesa de Palmela, elenco que, dando prova de elevado altruísmo, fundou a Associação Promotora de Ensino dos Cegos (APEC), em 1887 e, no ano seguinte, o Asilo Escola António Feliciano de Castilho. Com a fundação destas duas entidades tiflófilas e, em 1900, a do ICBR (em Lisboa), em 1903, a do Instituto de Cegos Branco Rodrigues do Porto (hoje denominado Instituto S. Manuel, e a da ABLB, em 1927, estão lançadas as bases para, numa primeira fase, se irem construindo pequenas colecções bibliográficas, resultantes da dedicação individual de alunos, professores e voluntários normovisuais que, muito à semelhança do que sucedera nos mosteiros da Idade Média com o trabalho meticuloso de frades-escribas, começaram por produzir livros manuscritos para mais tarde o fazerem em toscas máquinas dactilográficas, mas ainda em exemplar único.

Mantendo-se este quadro até 1951, ano em que foi fundada a LCJD, o que era designado por bibliotecas não passava de pequenas colecções de livros escolares (e pouco mais de natureza diferente) a que tinham acesso alunos e professores dos respectivos institutos e, no âmbito associativo, os seus sócios.

Assim, chegados aos anos sessenta, o que era entendido como biblioteca para cegos, correspondia a algumas centenas de títulos musicais e literários no Castilho, outros

tantos na ABLB, não mais que isso na LCJD e algumas dezenas na ACNP, sendo excepção a biblioteca do ICBR, que reunia nos seus fundos bibliográficos uma colecção de espécies literárias superior a 2000 volumes e uma outra constituída por mais de 4000 partituras musicais.

Na verdade, é nesta década que algo digno de nota ocorre para que possamos acreditar que um melhor acesso aos livros se vai tornar uma realidade.

Em Junho de 1963, a Câmara Municipal de Lisboa, quando era seu presidente o General França Borges, cria no Jardim da Estrela, a primeira Biblioteca Pública para deficientes visuais, a qual, depois de ter estado sedeada em instalações que se foram sucedendo, veio, em Outubro de 1981, a fixar-se no 1.º andar do n.º 17 do Largo do Calhariz, tomando então a designação de Biblioteca Municipal Camões, designação que, em Junho de 1994, foi substituída por Gabinete de Referência Cultural – Pólo Interactivo de Recursos Especiais – destinado às pessoas com deficiência sensorial, cognitiva, motora e outras, bem como às pessoas interessadas no estudo destas problemáticas.

Já na década de setenta, mas ainda em tempos de relevantes progressos na ascensão do segmento constituído por pessoas com deficiência visual, a Edilidade Portuense, reforçando a vontade colectiva de renovação instalada entre nós, abre ao público, em 16 de Março de 1972, a Biblioteca Sonora do Porto, integrada na Biblioteca Pública Municipal desta cidade, por acção da abnegada dedicação de Fernanda de Brito, que nela instalou uma unidade produtora de áudio-livro em equipamento Clark and Smith, inspirada na experiência da Students Tape Library do Royal National Institute for the Blind (Reino Unido). Assim, esta nova biblioteca passou a colocar ao dispor dos deficientes visuais de todo o território nacional, desde que estes tivessem o equipamento reproduzidor, cedido a título de empréstimo pela própria Biblioteca, as espécies bibliográficas em suporte áudio-cartucho, obtidas com o concurso de locutores voluntários. Posteriormente, com o incremento do uso da áudio-cassete foi abandonado o sistema Clark and Smith, a favor da gravação magnética neste novo suporte, e, em 2008, transitou-se definitivamente para a produção em suporte digital de novos títulos e conversão dos já existentes.

Concluindo agora a adesão das Câmaras Municipais a esta tendência geradora de Bibliotecas Públicas com serviços de leitura acessíveis a utilizadores com deficiência visual, digamos que só após a Revolução dos Cravos se manifesta uma dinâmica que paulatinamente produz os seus efeitos.

Timidamente, abriu primeiro em Beja uma secção cujo acervo bibliográfico era constituído por escassas dezenas de títulos; depois, em 1987, José dos Santos de Jesus, Presidente da Câmara de Abrantes, prometeu, numa Jornada Pró-ACAPO, realizada no Tramagal por Emílio Serra, a criação de uma Secção de Leitura para Deficientes Visuais, na Biblioteca Pública da Edilidade, secção que foi inaugurada em 1990, quando era Presidente de Câmara Humberto Lopes.

Entretanto, desde o II Congresso de Bibliotecários, Arquivistas e

Documentalistas, que teve lugar em Coimbra em 1987, José Adelino Guerra vinha amadurecendo o projecto que viabilizou a criação da Secção Braille da Biblioteca da Câmara Municipal de Coimbra, aberta ao público em 21 de Janeiro de 1988.

É justo que realcemos aqui a dedicação e competência de Adelino Guerra na condução da actividade desta Secção até 7 de Dezembro de 2012, data em que pereceu ao sair do serviço que guindou ao topo das suas congéneres.

Com o desenvolvimento do Poder Local e com o incremento das novas tecnologias, começou a aumentar, neste âmbito, o quantitativo de entidades vocacionadas à facilitação do acesso ao livro e outros tipos de documentação similares.

Logo em 1974, quando era ainda Reitor da Universidade Clássica de Lisboa o Doutor Baraona Fernandes, foi tentada a criação de um Serviço de Apoio aos Estudantes desta universidade. Nós próprios e Pedro Ribeiro, depois de uma audiência concedida pelo Senhor Reitor, a quem apresentámos o projecto, concertámos com Maria José Moura, então Directora da Biblioteca da Reitoria, as condições exigíveis para que esta estrutura de apoio pudesse ser viabilizada. No entanto, este projecto, com entrada de outro Reitor, foi impossibilitado de prosseguir, vindo só bastante mais tarde a ser reanimado o processo de que resultaram os Serviços de Apoio Hoje existentes.

Paralelamente, outras estruturas similares foram surgindo noutros estabelecimentos estudantis e, quanto a Bibliotecas Municipais, o leque de Serviços com fundos bibliográficos áudio-tácteis espalhou-se um pouco por todo o território nacional.

Apresentado, ainda que em leves pinceladas, o panorama do que poderia constituir a periferia de um Serviço Nacional de Leitura para Deficientes Visuais, se entre nós houvesse uma firme vontade de cooperação, uma clara postura colectiva favorável à implantação de uma entidade biblioteconómica nacional, detenhamos a nossa atenção sobre a Área de Leitura para Deficientes Visuais da Biblioteca Nacional de Portugal (ALDV-BNP), que deveria assumir a liderança dessa entidade.

Voltando aos primeiros anos da década de sessenta, vamos encontrar o Director da Biblioteca Nacional de Lisboa (Manuel Santos Stevens), nos Estados Unidos, em visita à Biblioteca do Congresso, onde tomou conhecimento da existência de um departamento com a missão de tornar acessíveis os documentos áudio-tácteis aos deficientes visuais, e de volta a Portugal e tomando como modelo este departamento, concebeu o projecto de no edifício destinado à BNL, que estava

então em construção, reservar um espaço para nele instalar um serviço de leitura para Cegos.

Aprovada esta proposta por Oliveira Salazar, o Director da BNI no, início de 1968, ainda com a Biblioteca instalada no Convento de S. Francisco, nomeou Teresa Mantero para organizar o grupo de trabalho que, ficando constituído pela mesma, por Filipe Oliva e por nós, em Março iniciou a identificação dos fundos bibliográficos em Braille, procedendo à elaboração do respectivo catálogo onomástico nacional.

Ultrapassada a fase de instalação no novo edifício, situado no Campo Grande, foi aberto ao público, no dia 2 de Dezembro de 1969, o Serviço para Cegos da Biblioteca Nacional de Lisboa, começando logo de início a laborar nas duas vertentes que, até ao presente, não abandonou, ou seja, a exercer todas as funções inerentes a uma biblioteca pública e a produzir, primeiro, somente livros em Braille e, algum tempo depois, graças à colaboração de locutores voluntários, livros sonoros gravados em fita magnética.

Até à destituição de Manuel Santos Estevens de Director da Biblioteca Nacional, que ocorreu em 1974, o Serviço para Cegos foi bafejado pela protecção que este sempre lhe concedeu. Para aumentar a produção de novos títulos adquiriram-se Máquinas Braille Perkins, entre outras, que, embora não permitissem o avanço para a produção de mais que um exemplar, contribuíram para o incremento das espécies bibliográficas a colocar à disposição dos leitores; para a produção do livro sonoro obtiveram-se gravadores Grundig e as necessárias fitas magnéticas para que se pudesse aproveitar a disponibilidade dos locutores que emprestavam voluntariamente a sua voz; papel especial para a escrita Braille e outros consumíveis nunca deles houve falta; o quantitativo de funcionários afectos às suas actividades todos os anos teve um acréscimo notável.

Digamos ainda, que foi nesta atmosfera benfazeja que, no início do mês de Abril, se deu início, na Biblioteca Nacional, à publicação de “Ponto e Som”, Revista Trimestral que se propunha preencher um importante espaço no domínio das

acessibilidades à informação, à literatura recreativa e formativa, aos diversificados ramos da cultura, em suma, aos saberes que enriquecem o intelecto humano, e assim, fiel ao seu propósito inicial, Disseminou informação de carácter literário, artístico, científico; promoveu acções formativas no domínio da aprendizagem do Braille; foi entre nós o maior veículo de informação acerca das novas tecnologias ao serviço dos deficientes visuais, e ainda, não esquecendo o serviço relevante que se consubstancia na publicação da rubrica “As Nossas Colecções”, que proporciona aos leitores da ALDV receberem em suas casas, sem demoras injustificáveis, informação concernente às actualizações dos fundos bibliográficos disponíveis, “Ponto e Som” contribuiu em larga medida para que os deficientes visuais conhecessem mais e melhor a história e a missão do livro e das bibliotecas que salvaguardam a sua conservação e promove a respectiva difusão.

Porém, a este ciclo de crescimento seguiu-se um outro, de constrangimento demasiado longo, ultrapassável, mas mal, com a entrada de um só funcionário em 1977, e com o recrutamento de novos voluntários.

Em 1977-78, numa tentativa falhada de revigorar o sector de produção do livro Braille, foi dada formação a 8 voluntários que se dispunham a transcrever para Braille livros para tal programados.

Em tempos de rápidas transformações tecnológicas que se seguiram a esta fase de crescimento quase nulo, alongou-se em demasia a fase da produção do livro Braille em exemplar único, por morosos processos tradicionais, e a segunda fase, iniciada em 1989 com a aquisição do equipamento informático VersaBraille/VersaPoint, prolongou-se até ao início de 2008 presa ao MS-DOS, ao WordStar, apesar de ainda nos anos noventa por não haver ninguém no sector com suficiente conhecimento do MicrosoftWord, um funcionário se ter proposto dar formação para que na produção se passasse a usar o WordPerfect.

No domínio do áudio-livro os procedimentos não diferiram na sua substância: durante um longo período foi feita a gravação em bobinas e só a partir de 1990 se passou a produzir em cassetes de 90 minutos, transitando-se para a digitalização do som apenas em finais de 2007, graças à cooperação da SIC/Esperança que financiou a aquisição de equipamentos tecnológicos que habilitaram os sectores de produção do Livro Braille e do áudio-livro a dar um salto qualitativo rumo ao futuro.

Doravante, tudo na ALDV passou a ser processado em ambiente Windows: o Braille com o Editor Braille Fácil e o som com o Soud Forge, realidade que corresponde à concretização, em parte, da proposta apresentada em 2004 pelo novo responsável da ALDV, que apontava a necessidade

- 1. de a produção das espécies em Braille se processar em ambiente Windows;**
- 2. de a produção do áudio-livro se realizar em suporte digital e, progressivamente, se converterem para o mesmo suporte as espécies existentes em analógico;**
- 3. de se tentar alargar a produção das espécies em Braille com base nas matrizes das editoras que lhes deram origem;**
- 4. de se proceder à reestruturação da Revista Ponto-E-Som;**
- 5. de se criar um sistema on line que permita aos utilizadores o acesso directo aos fundos bibliográficos digitalizados;**
- 6. de se tentar edificar um Serviço Nacional de Leitura em que a ALVD constitua o núcleo central;**
- 7. de se reactivar o Prémio Branco Rodrigues.**

Em 2009, ao celebrar-se o XLX aniversário do Serviço para Cegos da Biblioteca Nacional de Lisboa que veio em 2007 a receber o nome de Área de Leitura para Deficientes Visuais da Biblioteca Nacional de Portugal, depois de sucessivamente ter passado pela denominação de Área de Deficientes Visuais da Biblioteca Nacional e de Área de Leitura Especial da Biblioteca Nacional, herdamos uma Entidade Tiflobiblioteconómica que, nascendo e crescendo num espaço bastante deficitários, fica agora instalada numa área suficientemente adequada ao desempenho das funções que de origem lhe foram confiadas.

Ao longo de quatro décadas, esta entidade tiflobiblioteconómica, mesmo em tempo de crise, sempre manteve vivo o espírito de missão a favor do

enriquecimento intelectual dos deficientes visuais, do seu acesso à informação, à cultura que o livro encerra, sempre permaneceu una e indivisível, não sofrendo desvios, embora tenha, por vezes, perdido vigor e demonstrado tibieza no que concerne à sua modernização, a qual, apesar de ter sido esporadicamente tentada, só com a proposta formulada em 2004, sofreu um progresso parcial.

Os pontos 1 e 2 foram satisfatoriamente conseguidos;

Quanto ao ponto 3, também respeitante à produção, além do recurso ao texto digitalizado, a título experimental, editaram-se em Braille, a partir das matrizes das editoras, as monografias

“O Caminho da Serpente” - de Torgoy Lindgren,

“Lições de Sida, Lições de Vida: Sida e Comportamento de Risco” - de J. A. Machado Caetano,

“A Noite dos Animais Inventados” - de David Machado, sendo esta última editada em simultâneo com a edição em caracteres normais.

Desta realidade já em 2002, numa comunicação proferida num workshop levado a efeito pela ACAPO, dávamos nota, ao afirmar que «Naturalmente que o processo de obtenção dos textos com que se constituem as matrizes em suportes informáticos passou por várias fases evolutivas: primeiro, a digitação dos mesmos, depois, a sua scannerização e, ultimamente, com resultados significativos, a partir de matrizes informatizadas, cedidas pelos autores ou editores das espécies bibliográficas.»

No que respeita ao ponto 4, houve a preocupação de dar à Revista Ponto-E-Som um aspecto gráfico mais atraente e de integrar os conteúdos em 4 rubricas, designadas por:

1. Editorial - de temática diversificada, reflectindo o ponto de vista da ALDV;
2. Prisma Cultural – incorporando artigos, normalmente recortados de publicações em caracteres normais;

- 3. Varanda do Leitor – preenchida com produções da responsabilidade dos respectivos autores;**
- 4. As Nossas Coleções – integrando o conjunto das espécies bibliográficas colocadas à leitura nos 3 meses precedentes.**

Quanto ao ponto 7, conseguiu-se, com a prestimosa colaboração da Secção dos Lions de Benfica, reforçar o suporte financeiro do Prémio Branco Rodrigues, que estava suspenso desde 2.000 e, assim, retomar a sua atribuição em 2008.

No que concerne ao ponto 5, devemos confessar que ficou por cumprir, porque apesar de termos concertado com os serviços de informática os moldes em que devia disponibilizar-se on line os conteúdos bibliográficos da ALDV já digitalizados, nunca foram criadas as condições necessárias para que hoje pudesse ser real esta componente funcional que permitiria aos utilizadores validados aceder, sem mais delongas, no momento desejado, às unidades bibliográficas sem que para tal tivessem que reclamar a disponibilidade de um funcionário, resultando daí, para eles, o benefício da celeridade e, para a Área de Serviços a dispensa da intervenção de funcionários na expedição e registos respectivos.

Intencionalmente deixámos para finalizar o ponto 6, não só por ser este, de entre os 7 que nos propusemos implementar, o que mais se enquadra neste evento, mas também, porque desde há muito entendemos que um Sistema Nacional de Leitura para Deficientes Visuais que congregue o esforço de todos os agentes que neste domínio laboram, no todo responde mais eficazmente às necessidades em presença, do que o somatório das parcelinhas individuais, na maior parte das vezes repetitivas.

Foi, motivados por este sentir que na ALDV Filipe Oliva, Claudino Pinto e nós próprios nos empenhámos na elaboração de um projecto gerador da Comissão Nacional de Leitura, que deveria ficar a funcionar sob a égide da BN, mas que por vontade do então Responsável, foi entregue à coordenação do Secretariado

Nacional de Reabilitação, que, infelizmente, como era previsível, fez dela quase um nado morto.

No mesmo sentido, no II Congresso dos Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, realizado em Coimbra em 1987, apresentámos uma comunicação, registada no livro de actas do mesmo, A págs. 577-82, que conclui:

«Aproveitando ao máximo os recursos económicos, técnicos e humanos disponíveis; desenvolvendo uma acção concertada no sentido de se conseguir o apoio do Fundo Social Europeu, da Fundação Calouste Gulbenkian e de outras instituições congéneres; colocando ao serviço do mesmo objectivo, não só as bibliotecas e os centros de produção de materiais áudio-tácteis já em laboração nesta área, como também muitas outras bibliotecas que se encontram espalhadas por todo o território nacional; adquirindo alguns equipamentos indispensáveis à produção de materiais tanto braillografados como sonorizados destinados aos acervos bibliográficos a colocar à disposição dos utilizadores; afectando a unidades específicas de prestação de serviços alguns técnicos mais, poder-se-á instituir entre nós um eficiente sistema de leitura para deficientes visuais. Para tanto torna-se ainda indispensável que, numa primeira fase, a Biblioteca Nacional, à semelhança do que fez em relação à Base Nacional de Dados Bibliográficos presentemente em fase de implantação, tome a iniciativa e se empenhe vigorosamente em desenvolver no seu seio um organismo de leitura para deficientes visuais digno de assim ser designado, o qual, numa fase mais avançada, deverá assumir-se como sendo o corpo central dum Serviço Nacional de Leitura, onde se vão desenvolver todas as actividades que se prendem com:

- 1º - o planeamento e a coordenação de actividades;
- 2º - a selecção das espécies bibliográficas a adquirir, quer através de compra, oferta ou permuta, quer através de produção própria;
- 3º - a produção de materiais braillografados ou sonorizados;
- 4º - o tratamento biblioteconómico das espécies bibliográficas;
- 5º - a elaboração da informação bibliográfica e a sua difusão;
- 6º - a prestação de serviços de leitura de presença ou à distância;
- 7º - a promoção de acções que visem estimular o interesse e o gosto pela leitura ou que favoreçam a extensão cultural.

Quanto às outras bibliotecas que se encontram espalhadas por todo o país, e que venham a integrar este sistema nacional de leitura, deverão estas funcionar, por um lado, como sendo os terminais de um computador que tornam acessível a informação nele armazenada, e, por outro, como unidades de prestação de serviços no âmbito da leitura, quer colocando à disposição dos utilizadores as espécies bibliográficas solicitadas, quer entrando em contacto directo com potenciais utilizadores que vivam na sua área geográfica, quer recolhendo e canalizando para os serviços centrais competentes todas as informações relativas às necessidades culturais detectadas.

Assim organizado um Serviço Nacional de Leitura para Deficientes Visuais poderá proporcionar a todos os seus utilizadores, em qualquer parte do país um rápido e eficiente acesso à leitura, factor de desenvolvimento, já que permite aos que com ela convivem um notório enriquecimento cultural, o que, só por si, é já um inequívoco índice de progresso.»

E foi assim que, por vezes, progredindo com alguma agilidade, por outras, estagnando ou mesmo recuando, se edificou o cenário biblioteconómico hoje existente; foi o labor de funcionários empenhados no cumprimento das funções que lhes estavam confiadas, e a notável colaboração de muitos dedicados voluntários que deram corpo à herança que no presente deve ser moldada por forma a garantir aos vindouros uma entidade biblioteconómica que dê efectiva resposta às necessidades surgentes, que cumpra a missão de garantir aos seus naturais usufrutuários um acesso aos acervos documentais e outras fontes onde se colham saberes que enriquecem os que deles têm sede.